

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2013.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	1.743.350	1.733.993	829.576	554.477
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	695.032	511.393	130.730	57.332
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6)	36.349	35.618	698.760	497.039
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	473.778	561.371	86	106
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	114.653	81.584	-	-
Valores a Receber (Nota 7)	421.845	543.082	80.928	35.830
Outros Créditos	1.693	945	1.784	689
NÃO CIRCULANTE	21.522.087	17.458.653	79.144	35.141
Realizável a Longo Prazo	818.466	153.179	-	-
Valores a Receber (Nota 7)	556.701	-	22.354.933	18.602.339
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	153.771	99.938	9.700.000	8.293.000
Depósitos Judiciais	55.076	12.744	10.773.408	9.704.877
Créditos Tributários (Nota 16c)	52.918	40.497	1.881.525	604.462
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 8)	20.663.416	17.265.269	-	-
Intangível (Nota 9)	40.205	40.205	-	-
TOTAL	23.265.437	19.192.646	23.265.437	19.192.646

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011		Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	2.939.127	3.085.380	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2.939.127	3.085.380
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	2.885.129	3.028.448	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14)	127.156	123.304	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	-	-
Despesas Tributárias (Nota 12)	(71.893)	(65.234)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.885.129)	(3.028.448)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(1.265)	(1.138)	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	(82.325)	(78.304)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.939.127	3.085.380	Lucro Líquido Ajustado	(28.327)	(21.372)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	11.326	(61.374)	Aumento/(Redução) em Obrigações	(12.333)	(370.473)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.950.453	3.024.006	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	31.080	161.904
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)	0,44	0,46	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(149.661)	(552.913)
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 11b)	0,44	0,46	Aquisição de Investimentos	(396.000)	-
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	884.938	423.628
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	339.277	(129.285)
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	430.000	533.000
			Aumento de Capital	(616.718)	(704.609)
			Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(186.718)	(171.609)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	183.639	(138.990)
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	511.393	650.383
			Início do Exercício	695.032	511.393
			Fim do Exercício	183.639	(138.990)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Reservas de Lucros		Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal				
Saldos em 31.12.2010	6.760.000	807.906	7.444.886	85.526	603.583	15.701.901
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.024.006	3.024.006
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	879	-	879
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	3.024.885
Aumento do Capital Social por Subscrição (Nota 11a)	533.000	-	-	-	-	533.000
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a)	1.000.000	-	(1.000.000)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	151.200	2.215.359	-	(2.366.559)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(582.087)	(582.087)
- Dividendos	-	-	-	-	(75.360)	(75.360)
Saldos em 31.12.2011	8.293.000	959.106	8.660.245	85.526	604.462	18.602.339
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.950.453	2.950.453
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.277.063	-	1.277.063
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	4.227.516
Aumento do Capital Social por Subscrição (Nota 11a)	430.000	-	-	-	-	430.000
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a)	977.000	-	(977.000)	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	147.522	1.898.009	-	(2.045.531)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(863.129)	(863.129)
- Dividendos	-	-	-	-	(41.793)	(41.793)
Saldos em 31.12.2012	9.700.000	1.106.628	9.581.254	85.526	1.881.525	22.354.933

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011
Lucro Líquido	2.950.453	3.024.006
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.277.063	879
Total do Resultado Abrangente	4.227.516	3.024.885

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 8.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

g) Ágio (*Goodwill*)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas. O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2012 e de 2011, não houve perda por *impairment*.

h) Patrimônio líquido

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

(i) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre variação monetária dos depósitos judiciais, é registrada na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, quando aplicável, baseados nas expectativas atuais de realização.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada com a soma do imposto corrente, resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social estão apresentados na Nota 16.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

l) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. e da Bradespar S.A., os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão;

Nível 2

Dados observáveis que não são preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio; e

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	8
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	4
CONSTRUDECOR S.A.	12
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	2
TITANIUM HOLDINGS S.A.	10

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Depósito Bancário (1).....	24.982	45.220
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....	670.050	466.173
Total	695.032	511.393

(1) No país e no exterior; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco.

6) VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Aplicação em Eurobonds (1).....	36.349	8.993
Aplicação em CDB - Certificado de Depósito Bancário (1).....	-	26.625
Total	36.349	35.618

(1) Estes ativos são classificados na categoria de valor justo por meio de resultado, enquadradas no Nível 2.

b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Participação no Capital Social		Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
				ON	PN	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Banco Bradesco S.A. (1) (3).....	30.100.000	71.344.410	11.085.552	910.343	460	16.987.104	14.126.467	2.639.470	2.571.077
Bradespar S.A. (1) (3).....	3.900.000	9.313.797	438.763	44.883	301	1.204.274	1.173.946	56.732	257.082
Titanium Holdings S.A. (1).....	250.000	580.394	53.596	37.056	-	290.197	254.659	26.798	27.825
NCF Participações S.A. (1).....	4.019.189	5.522.250	410.349	783.823	-	2.181.841	1.710.197	162.129	172.464
Total				20.663.416	17.265.269			2.885.129	3.028.448

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31.12.2012;
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 28 de março de 2013 e em 20 de março de 2013, respectivamente.

9) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 40.205 (2011 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.680 decorrentes de ações do Banco Bradesco S.A. e R\$ 35.525 da Titanium Holdings S.A., os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das Provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do período	35.141	289.307
Atualizações monetárias.....	4.115	16.179
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	39.898	36.051
Pagamento (1).....	-	(306.396)
No final do período	79.144	35.141

(1) Refere-se à liquidação, por compensação com créditos existentes, de parte dos valores relativos ao processo que discute a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos juros sobre o capital próprio recebidos das investidas.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2012 e 2011, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias.....	6.808.118.921	6.646.464.786
Total	6.808.118.921	6.646.464.786

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 21 de março de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 533.000, elevando-o de R\$ 6.760.000 para R\$ 7.293.000, mediante a emissão de 242.272.727 novas ações ON, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 29 de abril de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.000.000, elevando-o de R\$ 7.293.000 para R\$ 8.293.000, mediante a capitalização de saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital 2006" - R\$ 747.660 e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital de 2007" - R\$ 252.340, sem emissão de ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 19 de março de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 430.000, elevando-o de R\$ 8.293.000 para R\$ 8.723.000, mediante a emissão de 161.654.135 novas ações ON, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 30 de abril de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 977.000, elevando-o de R\$ 8.723.000 para R\$ 9.700.000, mediante a capitalização de saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital 2007", sem emissão de ações.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 0,44 (2011 - R\$ 0,46), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.950.453	3.024.006
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	6.767.705	6.585.897
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,44	0,46

c) Reservas de Lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2012, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	2.950.453	
Reserva legal.....	(147.522)	
Base de cálculo	2.802.931	
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados	863.129	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2).....	(86.483)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	776.646	
Dividendos pagos	41.793	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2012	818.439	29,2
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2011	570.134	19,8

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo; e
(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente aos Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
PIS.....	12.933	11.636
COFINS.....	58.960	53.598
Total	71.893	65.234

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Despesas de pessoal.....	302	302
Serviços prestados por terceiros.....	725	136
Editais e publicações.....	184	202
Outras.....	54	498
Total	1.265	1.138

7) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Circulante		
Contratos de Mútuo.....	-	543.082
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (1).....	421.845	-
Total	421.845	543.082
Não Circulante		
Contratos de Mútuo (2).....	556.701	-
Total	556.701	-

(1) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e
(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento para janeiro de 2016.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 2.885.129 (2011 - R\$ 3.028.448); e

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de ativos financeiros.....	45.375	49.518
Variação cambial.....	4.856	11.382
Juros ativos, líquidos de Juros passivos.....	76.925	62.404
Total	127.156	123.304

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2012		Em 31 de dezembro 2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	7	-	13	-
Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman.....	24.975	-	45.207	-
Instrumentos Financeiros:				
Banco Bradesco S.A.	-	633	26.625	9.260
Eurobonds - Agência Bradesco Grand Cayman.....	36.349	2.091	8.993	(1.719)
Valores a receber:				
NCF Participações S.A.	978.546	69.041	512.850	54.259
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	-	281	30.232	3.567
Titanium Holdings S.A.	-	-	-	1.593
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber/ (pagar):				
Banco Bradesco S.A.	471.960	741.113	493.734	666.493
Titanium Holdings S.A.	255	-	264	-
NCF Participações S.A.	1.563	-	67.373	-
Bradespar S.A.	-	34.621	-	38.698
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(296.413)	(387.590)	(211.009)	(261.388)
Fundação Bradesco.....	(257.835)	(286.574)	(183.158)	(193.263)
Demais Acionistas.....	(144.512)	(188.965)	(102.872)	(127.436)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 300, excluindo-se os encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Proventos.....	252	252
Encargos sociais.....	50	50
Total	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	2.939.127	3.085.380
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(999.303)	(1.049.029)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tribuladas nas empresas correspondentes....	990.944	1.029.672
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar.....	293.464	197.910
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(263.749)	(239.765)
Outros.....	(30)	(162)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	11.326	(61.374)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.095)	(267)
Impostos diferidos		
Realização no exercício sobre adições temporárias.....	(1.686)	(67.935)
Constituição no exercício sobre prejuízo e base negativa.....	14.107	6.828
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	11.326	(61.374)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Constituição	Realização	Saldo em
	31.12.2011	31.12.2012			
Provisões fiscais.....	15.203	-	-	-	15.203
Outras provisões.....	1.746	-	1.686	-	60
Total dos créditos tributários.....	16.949	-	1.686	-	15.263
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	23.548	14.107	-	-	37.655
Total dos créditos tributários, líquidos.....	40.497	14.107	1.686	-	52.918

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 22.478 (2011 - R\$ 22.478).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 114.653 (2011 - R\$ 81.584) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 153.771 (2011 - R\$ 99.938) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 130.730 (2011 - R\$ 57.332) referem-se, substancialmente, PIS - R\$ 7.986 (2011 - R\$ 8.660), e COFINS - R\$ 36.784 (2011 - R\$ 39.888) e IRRF a recolher sobre Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 76.952.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2012 e 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Mário da Silveira Teixeira Júnior João Aguiar Alvarez	Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão
Vice-Presidente Antônio Bornia	Denise Aguiar Alvarez Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto	

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ nº 01.529.343/0001-32

Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2013.

Conselho de Administração e Diretoria

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.



ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2012	2011	2012	2011	
CIRCULANTE	1.743.930	1.733.993	CIRCULANTE	829.576	554.477
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	695.032	511.393	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16)	130.730	57.332
Valor Justo por Meio de Resultado (Nota 6)	36.349	35.618	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Pagar (Nota 11d)	698.760	497.039
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	472.778	511.773	Outras Obrigações	86	106
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16c)	114.653	81.584			
Valores a Receber (Nota 7)	421.845	543.082	NÃO CIRCULANTE	80.928	35.830
Outros Créditos	1.693	845	Provisão para Impostos e Contribuições	1.784	689
NÃO CIRCULANTE	21.522.087	17.458.653	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10)	73.144	35.141
Realizável a Longo Prazo	818.466	153.179			
Valores a Receber (Nota 7)	556.701	99.938	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.354.933	18.602.339
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16c)	153.771	153.771	Capital Social (Nota 11a)	9.700.000	9.700.000
Depósitos Judiciais	55.076	12.744	Reservas de Lucros (Nota 11c)	10.773.408	9.704.877
Créditos Tributários (Nota 16c)	52.918	40.497	Outros Resultados Abrangentes	1.881.525	604.462
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 8)	20.663.416	17.265.269			
Intangível (Nota 9)	40.265	40.265	TOTAL	23.265.437	19.192.646
TOTAL	23.265.437	19.192.646			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	2.939.127	3.085.390
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	2.885.129	3.028.448
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14)	127.156	123.304
Despesas Tributárias (Nota 12)	(71.893)	(65.234)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(1.265)	(1.138)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.939.127	3.085.390
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	11.326	(61.374)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.950.453	3.024.006
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)	0,44	0,46
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 11b)	0,44	0,46

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2.939.127	3.085.390
Fluxo Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.939.127	3.085.390
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.885.129)	(3.028.448)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	127.156	123.304
Lucro Líquido Ajustado	(28.327)	(21.372)
(Aumento/Redução) em Ativos	(12.333)	(37.043)
(Aumento/Redução) em Obrigações	7.140	(181.197)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	31.667	161.904
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(149.651)	(552.191)
Aquisição de Investimentos	(288.000)	(288.000)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	884.938	423.628
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	339.277	(129.285)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	339.277	(129.285)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	430.000	533.000
Aumento de Capital	430.000	533.000
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(616.718)	(704.609)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(186.718)	(171.609)
Aumento/Redução (Líquido) de Caixa e Equivalentes de Caixa	183.699	(138.990)
Início do Exercício	511.393	650.383
Fim do Exercício	695.032	511.393
Aumento/Redução (Líquido) de Caixa e Equivalentes de Caixa	183.699	(138.990)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro		Reservas de Lucros	Estatutária para Pagamento de Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	2012	2011					
Eventos	Capital Social	Legal	Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	
Saldos em 31/12/2010	6.760.000	807.906	7.444.886	85.526	603.583	-	15.701.901
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	3.024.006	3.024.006
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	879	-	879
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	-	3.024.885
Aumento do Capital Social por Subscrição (Nota 11a)	533.000	-	-	-	-	-	533.000
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a)	1.000.000	-	(1.000.000)	-	-	-	-
Destinações - Reservas:	-	151.200	-	-	-	(2.366.559)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(582.087)	(582.087)
- Dividendos	-	-	-	-	-	(75.360)	(75.360)
Saldos em 31/12/2011	8.293.000	959.106	8.660.245	85.526	604.462	-	18.602.339
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	2.950.453	2.950.453
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	1.277.063	-	1.277.063
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	-	4.227.516
Aumento do Capital Social por Subscrição (Nota 11a)	430.000	-	-	-	-	-	430.000
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a)	1.000.000	-	(977.000)	-	-	-	-
Destinações - Reservas:	-	147.522	1.898.009	-	-	(2.045.531)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(863.129)	(863.129)
- Dividendos	-	-	-	-	-	(41.783)	(41.783)
Saldos em 31/12/2012	9.700.000	1.106.628	9.581.254	85.526	1.881.525	-	22.354.933

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro Líquido	2.950.453	3.024.006
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.277.063	879
Total do Resultado Abrangente	4.227.516	3.024.885

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, práticos de sua realização, podem diferir das formas estimadas. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis são definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia realiza investimentos a termo e decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudam no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. Os valores dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado estão apresentados na Nota 6.

(ii) Classificação por nível hierárquico

Os ativos financeiros a valor justo, por meio de resultado, foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Passivos financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo custo, menos o valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

d) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber está apresentada na Nota 7.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como resultado operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou prejuízos a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas está apresentada na Nota 8.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica, desde que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

g) Agio (Goodwill)

O agio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.

O agio representa o excedente do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O agio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o agio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos em coligadas.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

A Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2012 e de 2011, não houve perda por impairment.

i) Patrimônio líquido

(I) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

(II) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

(III) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

(IV) Ajustes decorrentes de avaliação

Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

- As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 28 de março de 2013 e em 20 de março de 2013, respectivamente.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. e da Bradespar S.A., os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de métodos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão;

Nível 2

Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos; ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio; e

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativa da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas financeiras e certos contratos de derivativos.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Depósito Bancário (1)
 24.982 | 201 |

Fundos de Investimentos Financeiros (2)
 670.050 | 456.173 |

Total **695.032** | **511.393** |

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco.

6) VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

Circulante
 | |

Aplicação em Eurobonds (1)
 36.349 | 8.993 |

Total
 36.349 | 26.625 |

(1) Estes ativos são classificados na categoria de valor justo por meio de resultado, enquadrados no Nível 2.

7) VALORES A RECEBER

Circulante
 | |

Contratos de Mútuo
 - | 543.082 |

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (1)
 421.845 | 543.082 |

...continuação

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

9) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ativo de R\$ 40.205 (2011 - R\$ 40.205), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 4.860 decorrentes de ações do Banco Bradesco S.A. e R\$ 35.325 da Titanium Holdings S.A., os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são realizados anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

1 - Movimentação das Provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do período:	25.141	299.307
Atualizações monetárias	4.115	16.179
Constituições líquidas de reversões e créditos	39.886	39.051
Pagamento (1)	(79.144)	(306.398)
No final do período:	19.002	35.141

(1) Refere-se à liquidação, por compensação com créditos existentes, de parte dos valores relativos ao processo que discute a não inclusão, na base de cálculo do Cofins, dos juros sobre o capital próprio recebidos das investidas.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e de fato, sendo necessário a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2012 e 2011, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias:	6.806.118.921	6.846.464.796
Total	6.806.118.921	6.846.464.796

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 21 de março de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 533.000, elevando-o de R\$ 7.300.000 para R\$ 7.293.000, mediante a emissão de 242.272 novas ações ON, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 29 de abril de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.000.000, elevando-o de R\$ 7.293.000 para R\$ 8.293.000, mediante a capitalização de saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital 2007" em R\$ 147.860 e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital de 2007" em R\$ 292.340, sem emissão de ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 19 de março de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 430.000, elevando-o de R\$ 8.293.000 para R\$ 8.723.000, mediante a emissão de 151.654 155 novas ações ON, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 30 de abril de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 977.000, elevando-o de R\$ 8.723.000 para R\$ 9.700.000, mediante a capitalização de saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para Aumento de Capital 2007", sem emissão de ações.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 0,44 (2011 - R\$ 0,46), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores:	2.950.453	3.024.006
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	6.767.705	6.585.897
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais):	0,44	0,46

c) Reservas de Lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

(ii) A reserva estatutária visa a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado, e

(iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2012, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro líquido do exercício:	2.950.453	3.024.006
Reserva legal	(147.522)	(147.522)
Base de cálculo:	2.802.931	2.876.484
Juros sobre o capital próprio	83.129	83.129
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2)	(66.463)	(66.463)
Juros sobre o capital próprio (líquido):	16.666	16.666
Dividendos pagos:	41.793	41.793
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2012:	58.459	58.459
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos em 2011:	57.134	57.134

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo, e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente aos Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
PIS	12.933	11.636
COFINS	58.960	53.598
Total	71.893	65.234

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Despesas de pessoal	302	302
Serviços prestados por terceiros	725	136
Edifícios e publicações	164	202
Outras	54	498
Total	1.265	1.138

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de ativos financeiros	45.375	49.518
Varição cambial	4.856	11.392
Juros ativos, líquidos de Juros passivos	76.925	62.404
Total	127.156	123.304

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelas políticas internas que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante.

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2012		Em 31 de dezembro 2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman	7	-	13	-
Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman	24.975	-	45.207	-
Instrumentos Financeiros:				
Banco Bradesco S.A.	-	6.333	26.625	9.260
Eurobond - Agência Bradesco Grand Cayman	36.349	2.091	8.993	(1.719)
Valores a receber:				
NCF Participações S.A.	978.546	69.041	512.850	54.259
Titanium Holdings S.A.	-	281	30.252	3.567
Juros sobre o capital próprio e dividendos - a receber(pagar):				
Banco Bradesco S.A.	471.960	741.113	493.734	666.493
Titanium Holdings S.A.	255	-	264	-
NCF Participações S.A.	1.563	67.373	30.252	3.567
Bradesp S.A.	-	34.621	-	38.698
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(296.413)	(387.590)	(211.009)	(261.385)
Banco Bradesco S.A.	(287.635)	(296.574)	(183.158)	(193.263)
Demais Acionistas	(144.512)	(188.965)	(102.872)	(127.436)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Avanço da Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2012, em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 300, excluindo-se os encargos sociais, para remuneração dos Administradores.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Previdentes	252	252
Encargos sociais	50	50
Total	302	302

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social):	2.939.127	3.085.380
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(999.303)	(1.049.029)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	980.944	1.029.674
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	(283.464)	(197.916)
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(283.749)	(238.765)
Outros	(30)	(162)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	11.326	(61.374)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.095)	(267)
Impostos diferidos		
Realização no exercício sobre adições temporárias	(1.686)	(67.935)
Realização no exercício sobre prejuízos e base negativa	14.107	6.528
Imposto de renda e contribuição social do exercício	11.326	(61.374)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Constituição	Realização	Saldo em
	31.12.2011	31.12.2011			
Provisões fiscais	15.203	-	1.686	-	15.203
Créditos tributários	1.746	-	1.686	-	1.746
Total dos créditos tributários	16.949	-	3.372	-	16.949
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	23.548	14.107	-	-	37.655
Total dos créditos tributários, líquidos	40.497	14.107	3.372	-	54.604

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 22.478 (2011 - R\$ 22.478).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 114.653 (2011 - R\$ 81.584) e o ativo não circulante, no montante de R\$ 153.771 (2011 - R\$ 99.938) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 130.730 (2011 - R\$ 57.332) referem-se, substancialmente, PIS - R\$ 988 (2011 - R\$ 8.660), e COFINS - R\$ 36.784 (2011 - R\$ 39.888) e IRRF a recolher sobre Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 76.952.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2012 e 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA
Presidente	Mário da Silveira Teixeira Júnior	Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão
Vice-Presidente	Antônio Bornia	Diretor Vice-Presidente Antônio Bornia
Membros	Jobo Aguiar Alvarez Denise Aguiar Alvarez Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu José Alcides Munhoz Aurelio Conrado Boni Sergio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi Lia Maria Aguiar Luis Maria Aguiar Maria Angela Aguiar	Diretores João Aguiar Alvarez Denise Aguiar Alvarez Luiz Carlos Trabuco Cappi
	Marcos Aparecido Galende Controlador - CRC 15P201309/O-6	

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a avaliação e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 10 de abril de 2013

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 25P14426/O-8

Zenke Nakasato
Controlador CRC 15P160798/O-0

Política

Pastor promete se comportar

Ontem ele mandou fechar as portas para poder trabalhar e agora se compromete a mudar o repertório conforme a plateia

Com novos protestos, fechamento de sessão ao público, troca de plenário e presença maciça de evangélicos, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) e Minorias da Câmara realizou ontem mais uma sessão sob a presidência do pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP). Ignorando os críticos, Feliciano disse que a comissão "é de vento em popa" e reagiu quando um deputado falou em guerra-santa

respondendo que o colegiado não podia virar motivo de chacota. A tentativa de fazer sessão aberta durou exatos 6 minutos, mesmo com a segurança da Casa restringindo o acesso de manifestantes. Antes, o plenário foi ocupado por um grupo de cerca de 40 apoiadores do pastor. Com a porta principal fechada, só foi permitida a entrada de 20 manifestantes contrários. Entre ele, o deputado Chico Alencar (PsoL-RJ).

Os poucos ativistas conseguiram, em pouco tempo, abafar a voz do pastor, que reagiu: "Essa comissão não pode virar motivo de chacota em nível nacional. Votamos coisas sérias aqui e vamos continuar". Depois que o pastor disse que deixaria o cargo se os deputados João Paulo Cunha (PT-SP) e José Genoíno (PT-SP), condenados no processo do Mensalão, deixassem a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Genoíno foi à tribuna e,

sem citar Feliciano, referiu-se a uma possível guerra-santa. "É isso que nos estamos discutindo porque, do contrário, nós vamos para a barbárie, nós vamos para a guerra-santa, nós vamos para o fundamentalismo." Cunha, por sua vez, disse que cumpre a Constituição e o regimento ao participar da CCJ. Há mais de um mês sob a presidência do pastor, a CDH não conseguiu aprovar projeto algum.



Apoiador de pastor, ontem, na reunião da CDH.



Cauiu a ficha: Feliciano entendeu que a Comissão de Direitos Humanos "não pode virar motivo de chacota".



Genoíno e João Paulo Cunha, condenados no Mensalão, ontem na Comissão de Constituição e Justiça.